

UM PARQUE PARA VIVER... OUTRO PARA VISITAR AS VISÕES DOS RESIDENTES E VISITANTES SOBRE O PARQUE NATURAL DE MONTESINHO

Elisabete Figueiredo¹

«Há alguns daqui que dizem “ah! Isso é uma fantochada, já não devia de existir, já só aqui é que existe isto e tal”...e alguns turistas dizem “não tenham dúvidas, deixem estar isto que isto está muito bem, conservem isto que é um património muito rico”»

«Eu próprio já critiquei uma vez o próprio Parque, porque achava que havia uma protecção demasiada ao javali e até lhe dizia na altura (...) que seria mais importante um javali que uma pessoa, para eles»

«Pedia-me o Director do Parque para que eu não fizesse um determinado rompimento de uma estrada porque era a altura do acasalamento dos veados... e eu disse “oh senhor director, o animal não se envergonha de praticar o acto sexual à vista de quem fôr! Não tem problemas nenhuns!... e portanto nós fomos avançando com a estrada (...) Portanto, a minha ideia é realmente essa... é de tudo, a ter que se sacrificar, tem que se sacrificar ao próprio Homem e não o Homem à Natureza, seja vegetal, seja animal»²

INTRODUÇÃO

Tendo por base os resultados de um inquérito por questionário aplicado a visitantes e residentes do Parque Natural de Montesinho (PNM)³, procuramos analisar e debater a emergência de uma nova dicotomia rural-urbano. Não se trata já da antiga dicotomia que opunha o tradicional (rural) ao moderno (urbano) ou que opunha a agricultura à indústria, mas de uma nova dicotomia que tende a opor representações sociais, motivada essencialmente por percepções rurais e urbanas diferenciadas de ambiente e de desenvolvimento social e económico. Esta nova dicotomia encontra-se profundamente relacionada com as novas funções do espaço rural, no contexto da pós-modernidade.

Neste sentido, a problemática que pretendemos debater nesta comunicação, relaciona-se intimamente com:

- a questão da emergência da identificação social do ambiente com a natureza e com o *campo* ou o rural, nas sociedades contemporâneas em geral e em Portugal em particular;

¹ Socióloga. Assistente no Departamento de Ambiente e Ordenamento – Universidade de Aveiro. 3810 – Aveiro. Tel. 234312854. Fax: 234429290 E.mail: Elisa@dao.ua.pt

² Afirmações de, respectivamente, dois presidentes de Junta de Freguesia e de um presidente de Câmara Municipal, da área do Parque Natural de Montesinho.

³ Os inquéritos por questionário foram realizados entre Agosto de 1997 e Janeiro de 1998, a 150 visitantes e a 220 residentes em 16 freguesias do Parque Natural de Montesinho. Paralelamente foram também realizados Inquéritos por Entrevista aos 16 presidentes de Junta de Freguesia, aos presidentes da Câmara de Bragança e Vinhais, ao Director do Parque Natural e ainda ao coordenador da Associação de Desenvolvimento Local – CoraNE. A amostra aos residentes foi constituída a partir do estabelecimento de quotas para os locais mais visitados na área. A amostra aos residentes foi construída a partir do estabelecimento de quotas em função das suas características objectivas, como a idade, a condição perante o trabalho, o sector de actividade económica e o nível de escolaridade. A selecção das 16 freguesias (de um total de 32 que integram o Parque Natural de Montesinho) fez-se em função da sua localização geográfica relativamente a Bragança e a Vinhais (maior e menor proximidade) e em função da frequência de visitantes (mais e menos visitadas).

- a questão das consequências de uma tal identificação no contexto das áreas rurais portuguesas e no contexto de uma nova dicotomia rural-urbano, motivada por visões distintas de ambiente e de desenvolvimento rural;
- a questão das Áreas Protegidas como espaços privilegiados de manifestação da crescente procura social do ambiente e ainda como espaços em que a materialização da dicotomia mencionada se torna mais evidente.

A noção de ambiente que subjaz a estas questões é aquela que o entende como o resultado da interacção dos Homens com o meio natural envolvente, ou seja, são as paisagens com Homens e suas manifestações e realizações materiais e/ou simbólicas incluídas. São as paisagens rurais, onde a natureza se combina com a acção e interacção do Homem rural, aquelas que actualmente os residentes não rurais crescentemente procuram e valorizam. Esta procura e esta valorização social inscrevem-se num movimento social mais vasto de procura e consumo de *bens ambientais* e tem como corolário a equação enunciada por Mathieu e Jollivet (1989) de que para os urbanos o “*ambiente é a natureza e a natureza é o campo*”.

Em Portugal, podemos dizer que o quadro que acabámos de traçar é relativamente recente. Se em países como a Grã-Bretanha ou a França, estas procuras sociais do ambiente e da natureza materializadas no campo, se observam já há algumas décadas, no nosso país tais procuras e consumos do ambiente rural estão ainda numa fase emergente. Por outro lado, as áreas rurais portuguesas, sendo na sua maioria áreas em declínio e que permaneceram por algumas décadas afastadas da modernidade e dos modelos de desenvolvimento que lhes davam forma (centralistas, economicistas e de pendor urbano-industrial, para dizer o mínimo) parecem actualmente reunir as condições que a sociedade em geral identifica com a pós-modernidade, essencialmente as que se encontram associadas ao regresso às tradições e à natureza, ao autêntico e ao genuíno (e.g. Joaquim, 1994). Como referem Reis e Santos (1995) com a crise do modelo agrícola (espelho da crise mais geral dos modelos de desenvolvimento essencialmente baseados no crescimento económico) assente na mecanização e na tecnologia, o *déficit* da agricultura familiar portuguesa e das próprias sociedades rurais tende a atenuar-se. Esta situação parece, pois, poder conduzir, segundo os mesmos autores a “*uma recodificação das áreas rurais portuguesas de pré-modernas em pós-modernas*”.

Tendo presente a noção de que não existe um espaço rural, mas sim vários e diversos espaços que podemos caracterizar como tal e fazendo apelo à tipologia proposta por Cavaco (1993)⁴, podemos referir que as áreas mais procuradas e consumidas no nosso país pelos ‘não rurais’, são precisamente aquelas que esta autora define como excepções à categoria dos “*campos em vias de extinção ou abandono*”⁵, i.e., aquelas que escaparam, por assim dizer, ao cenário de degradação geral (da paisagem, das construções, dos caminhos) que as caracteriza, embora partilhem da mesma ausência ou presença muito limitada de dinâmicas sociais e económicas. Estas excepções são formadas pelas áreas

⁴ Esta tipologia, embora extremamente interessante e útil na análise e caracterização do Mundo Rural português é, tal como qualquer modo de categorização do real, algo redutora.

⁵ Cavaco (1993) distingue para o nosso país três tipos de áreas rurais, a saber: os *campos peri-urbanos*, caracterizados por uma certa dinâmica demográfica e económica, sujeitos a pressões da expansão urbana, de vária ordem; os *campos em vias de extinção ou abandono* que se distinguem pela ausência de qualquer tipo de dinâmica social ou económica ou por uma presença muito limitada e, finalmente, os *campos intermédios* que como a própria designação indica, se situam em termos de características, entre as duas situações anteriores.

delimitadas como ‘protegidas’⁶ e ainda pelas vulgarmente designadas ‘aldeias históricas’, em processo de recuperação⁷. Em ambos os casos trata-se de uma evidência da preservação e manutenção das áreas rurais remotas e relativamente marginalizadas essencialmente para benefício dos habitantes não rurais, procurando-se deste modo manter viva a memória do passado, recriar uma certa ruralidade, quer em termos sociais, quer em termos ambientais.

A recriação de uma certa ruralidade ou de um certo ambiente e de certos aspectos naturais sendo importante para os ‘não rurais’ não parece, no entanto, possuir o mesmo significado para os residentes rurais. Assim, observamos que em algumas destas áreas (como no caso do Parque Natural de Montesinho) se verifica uma dualidade ou uma dicotomia em termos de representações sociais face ao mesmo território.

No caso que pretendemos analisar – o Parque Natural de Montesinho – e a partir dos resultados do inquérito por questionário mencionado, podemos constatar a existência daquela dualidade, aspecto que se constitui como exemplo privilegiado da nova dicotomia rural/urbano. Emergem assim dois espaços protegidos que coexistem paralelamente, encontrando-se ocasionalmente: um que é espaço de vida e outro que é espaço de recreio e lazer. Salientamos também que a dualidade de percepções face ao mesmo espaço é culturalmente determinada, não apenas pelas características objectivas dos dois tipos de inquiridos, mas igualmente pelos diferentes níveis de desenvolvimento social e económico que cada um deles experimenta no quotidiano. Procuramos ainda analisar o tipo de implicações daquela dualidade para o desenvolvimento local.

2. O RURAL NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE

O emergir da imagem social do mundo rural como “*reserva ambiental*” ou como “*reserva cultural*”, parece traduzir-se por uma nova dicotomia rural-urbano⁸, esta ao nível das representações, entre modos de vida e sistemas de organização rurais e urbanos, sendo agora os primeiros crescentemente valorizados. Esta valorização decorre essencialmente de uma das mais marcantes características atribuídas às áreas rurais – a existência e subsistência de uma relação mais directa com uma natureza que se considera *mais intacta*. Esta visão do mundo rural não já como produtor de alimentos, mas antes como guardador de paisagens e memórias (e.g. Figueiredo, 1996; 1999a; 1999b e 1999c), traduz-se pela redefinição da ruralidade que, segundo Mormont (1987) é entendida como um princípio de organização e como um sistema de valores que , “*a par com a visibilidade ambiental das questões ambientais, se reforça na componente do que podemos designar por reserva de qualificação ambiental*” (Reis e Lima, 1998). São também essencialmente, como já referimos, os habitantes das cidades “*os portadores desta redefinição social da ruralidade, a qual não se esgota na*

⁶ Em Portugal a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) (DL 19/93) inclui um Parque Nacional, os Parques Naturais, as Reservas Naturais, as Áreas de Paisagem Protegida e ainda os Sítios Classificados. É importante notar que a maior parte das Áreas Protegidas Nacionais se situam precisamente em áreas rurais que podemos caracterizar como *profundas e remotas*. A maior parte delas (com excepção de 6) é habitada, sendo esse aspecto encarado como fundamental para a conservação da natureza.

⁷ Como por exemplo Sortelha, Monsaraz, Monsanto, Piodão, entre outras que recentemente beneficiaram do apoio do PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, mais especificamente do sub-programa de Recuperação de Aldeias Históricas).

⁸ Dizemos *nova dicotomia* dado que a noção de dicotomia rural/urbano dominou o pensamento científico-social durante várias décadas foi ultrapassada pela ideia do *continuum* rural/urbano e, posteriormente, pela noção de que não existe espaço rural nem urbano, mas *rurbano*. Embora se reconheça que muitas áreas rurais da Europa e mesmo algumas nacionais, poderão ser incluídas nesta definição, consideramos que se trata de uma denominação imprecisa, à luz das características que ainda predominam em muitas das áreas rurais, assim como à luz das representações sociais ainda subsistentes sobre essas mesmas áreas.

dimensão ambiental, antes transporta também dimensões de defesa do património e da cultura rurais” (idem, ibidem).

Se os urbanos (e também o próprio Estado) fazem da natureza e do ambiente rural uma visão a que podemos chamar *estética*, os rurais têm geralmente desses mesmos aspectos uma visão, a que por oposição, chamamos *utilitária* (e.g. Figueiredo, 1996). Como referimos em trabalhos anteriores, do confronto destas duas visões, que fundamentalmente correspondem aquilo a que Mormont (1994) chama “*culturas da natureza*” diversificadas, podem decorrer conflitos entre os distintos aspectos que enformam cada uma delas (nomeadamente em termos de interesses, aspirações e necessidades). A perspectiva urbana tende a perceber a natureza (e por identificação também o ambiente) como selvagem, afastada do Homem e sem o impacto da sua intervenção (e.g. Mathieu e Jollivet, 1989). Esta perspectiva anti-utilitarista, i.e., que não encara a natureza como um recurso de suporte às actividades do Homem, mas antes como uma idealização romântica, como um objecto estético, de apreciação, tende a *sacralizar* essa mesma natureza e por associação também o ambiente e, conseqüentemente o campo. Ou como referem Redclift e Woodgate (1994) “*o campo tem assumido um estatuto de herança, como as catedrais, porque nos mostra o nosso passado*”. Como nos diz Mormont (1994) esta visão “*é estranha às relações que os rurais mantêm com o seu território que é para eles [antes de mais] um recurso do qual depende a sua vida*”.

Esta procura social do campo por razões relacionadas com as suas características (reais ou idealizadas) ambientais, ocorre no mesmo momento em que o rural procura aceder ao desenvolvimento económico e social. Para alguns autores (e.g. Etchelecou, 1991) esta questão é fundamental já que pressupõe a existência de um desfazamento histórico entre as questões do ambiente e as dinâmicas socio-económicas dos meios rurais. Este desfazamento inclui obviamente cisões diversas, senão mesmo opostas, dos aspectos que devem formar o desenvolvimento. Para os rurais o desenvolvimento tende a materializar-se através de grandes obras, da industrialização, da construção de estradas, enquanto que para os urbanos o desenvolvimento envolve crescentemente aspectos como a harmonização entre as actividades económicas e a conservação da natureza. Obviamente que estas visões descoincidentes pressupõe a existência de *culturas de desenvolvimento* também diversificadas e que estão essencialmente relacionadas com os níveis de desenvolvimento social e económico experimentados no quotidiano (traduzidos, entre outros, pela acessibilidade a bens e serviços).

Em Portugal, no plano simbólico e ideológico, o rural é ainda e em primeiro lugar muito associado à actividade agrícola e a um certo subdesenvolvimento ou *atraso* em termos sociais e económicos. Estas representações sociais do rural estão ainda muito condicionadas pelo conservadorismo ruralista exaltado pelo Estado Novo e que, como referem Mansinho e Schmidt (1997) ainda não deixou de ser ideologicamente explorado. Ao *atraso* das áreas rurais alia-se, como referimos antes, ainda no plano das representações, o maior contacto com a natureza, assim como a relativa permanência de valores morais e das tradições culturais.

Uma outra percepção de rural relativamente dominante no nosso país, segundo as autoras mencionadas, relaciona-se com um discurso industrialista e de modernização das estruturas agrícolas que teve o seu apogeu nos anos 50-60 e que as medidas produtivistas da Política Agrícola Comum (PAC) vieram reavivar logo após a adesão de Portugal à União Europeia.

Outra concepção simbólica de rural ao nível nacional assemelha-se mais à que temos vindo a mencionar em termos globais. Trata-se, segundo Mansinho e Schmidt (1997) de um simbolismo emergente no discurso político e em certos sectores urbanos sem (ou com já muito enfraquecidas) raízes rurais. Este simbolismo encontra-se associado a uma tomada de consciência do papel do

mundo rural para a reservação da qualidade ambiental (e.g. CCE, 1988; Figueiredo, 1996; Mansinho e Schmidt, 1997).

Em Portugal, a noção de rural e de ruralidade apresenta bastantes variações nos elementos que a enformam, variando desde uma quase rejeição devido ao seu *atraso* até uma valorização pela sua *modernidade* e importância enquanto reserva de qualificação ambiental e cultural.

Esta última vertente está aliás bem patente, no nosso país, nas propostas e medidas para o desenvolvimento rural no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) ou ainda em alguns dos princípios do Plano Nacional de Política do Ambiente (PNPA), onde se constata que as preocupações institucionais neste domínio decorrem essencialmente de necessidades ‘urbanas’, frequentemente relacionadas com o turismo, o recreio e o lazer. O mesmo pressuposto pode ser observado, a um nível mais global, nas propostas da OCDE (1993) enfatizando que “a atenção aos recursos naturais e ao ambiente natural constitui *um importante objectivo para as áreas rurais remotas*. Elas são, entre outras coisas, *uma reserva natural* (...). *Preservar e manter os aspectos naturais pode ser uma actividade-chave em muitas áreas rurais a longo prazo*. Mais, *o público está cada vez mais interessado em salvaguardar o ambiente, esteticamente e por outros factores, nas áreas rurais remotas, mesmo naquelas com pouco valor de mercado e pouca visibilidade nacional*”⁹.

Como mencionámos anteriormente, em Portugal a maior parte das áreas rurais, pelas suas características de *pre-modernidade* e pelo processo de marginalização económica e social que sofreram, preenchem os requisitos expostos pela OCDE e parecem, assim, poder desempenhar as funções que as sociedades modernas crescentemente lhes atribuem.

Intimamente relacionadas com as questões das funções ambientais que a sociedade entendida como um todo atribui actualmente às áreas rurais, surgem as questões da instituição de espaços protegidos e regulamentados. Embora alguns autores (e.g. Chamboredon, 1985) apontem a inexistência de uma relação directa entre os dois aspectos, essencialmente por razões de descoincidência temporal¹⁰, outros autores advogam que a criação de espaços protegidos em áreas rurais têm correspondência com o crescente interesse social pelo ambiente e pela natureza (e.g. Bontron e Brochot, 1989; Picon, 1992). Trata-se inequivocamente de uma questão que merece maior aprofundamento e discussão. Em associação, a análise da criação de espaços protegidos como caso particular das transformações dos usos sociais das áreas rurais e das suas funções e como indicador de uma alteração das formas de apropriação simbólica da natureza, é igualmente uma questão em aberto, tal como salientámos em trabalhos anteriores (e.g. Figueiredo 1999b).

Através da regulamentação dos espaços protegidos (rurais e não rurais), o estado tende a impor a sua visão (muito moldada pelas visões urbanas ou, pelo menos, pela necessidade de resposta às exigências das populações mais urbanizadas) de natureza e de ambiente. É essencialmente com base nesta visão que o Estado actua e penetra actualmente no mundo rural. Em certa medida, a administração e a gestão da natureza significa sempre a *“imposição de uma legitimidade ‘pública’ ou ‘colectiva’, que é susceptível de entrar em choque com as necessidades e legitimidades locais e que vem de certa forma desqualificar as formas mais tradicionais (e enraizadas no território) de consumo e usufruto da natureza, tentando substituí-las por outras”* (Figueiredo, 1999b). Por outro lado, a instituição de espaços protegidos em meio rural demonstra de certa forma a *“distinção institucional entre uma natureza digna de ser protegida e uma outra natureza, vulgar e aberta às mais diversas e incontroladas acções”* (idem, ibidem).

⁹ Sublinhado nosso.

¹⁰ Na verdade, na maior parte dos países ocidentais (incluindo Portugal) a instituição de áreas protegidas ocorreu antes do actual interesse social pelas questões ambientais.

Em Portugal, embora a primeira área protegida (o Parque Nacional da Peneda-Gerês, criado em 1971) tenha sido instituída muito antes do relativamente recente interesse da opinião pública pelas questões ambientais¹¹, é curioso notar que a maior parte das áreas protegidas foram criadas em espaços com forte componente rural. A maior parte destas áreas são também espaços a que poderemos chamar remotos, ou espaços rurais 'profundos', do interior do país, com uma população em declínio, com uma economia assente numa agricultura económica e socialmente frágil. Por esta razão e também pelo reconhecimento da relevância da ocupação humana das áreas protegidas para a conservação dos elementos naturais e paisagísticos, um dos objectivos comuns à maior parte delas é o de, através da protecção da natureza, criar capacidades locais de desenvolvimento socio-económico.

A crescente procura das áreas rurais, em Portugal, pelos residentes não rurais não terá, exclusivamente como alvo estas áreas legalmente instituídas como protegidas. Pensa-se que pelo seu carácter '*de excepção*' estas áreas conhecerão maior consumo social do que as áreas rurais não protegidas legalmente e, conseqüentemente, os conflitos manifestos, ou latentes, serão aqui em maior número¹². De facto, as áreas protegidas têm conhecido, nos últimos anos, um aumento importante do número de visitantes, particularmente o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural de Montesinho¹³.

3. O PARQUE NATURAL DE MONTESINHO: DUAS VISÕES PARA O MESMO TERRITÓRIO

3.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE

O Parque Natural de Montesinho (criado pelo Decreto-Lei 355/79 de 30 de Agosto) tem sido frequentemente apontado como um caso exemplar no que se refere à sua administração e ao seu funcionamento. O PNM foi criado numa das áreas mais remotas do nosso país – o Nordeste Trasmontano – e integra 35 freguesias e 92 lugares dos concelhos de Vinhais e Bragança. O PNM abrange uma área total de cerca de 75 000 ha e foi criado com os objectivos fundamentais de "*garantir a protecção dos aspectos naturais existentes, a defesa do património arquitectónico e cultural e a renovação da economia local, o desenvolvimento das actividades artesanais e a promoção do repouso e recreio ao ar livre*" (DL 355/79, artº3º). Passadas duas décadas sobre a sua criação, no entanto, a renovação da economia local e a fixação das populações são tarefas incumpridas, se bem que (como é reconhecido no DL da sua criação) ambos os aspectos são considerados fundamentais para a preservação dos elementos naturais da área. Estas afirmações encontram suporte na análise da evolução das características demográficas e sócio-económicas das freguesias e lugares que integram o Parque, sintetizadas nas palavras de um dos presidentes de Junta de Freguesia

¹¹ Portugal foi um dos últimos países da Europa a proteger legalmente os espaços naturais (década de 70). Por outro lado, o interesse da opinião pública pelo ambiente começou a ser manifesto, no nosso país, apenas no início da década de 90, como referem, entre outros, Mansinho e Schmidt (1994); Figueiredo e Martins (1992, 1994, 1996a e 1996b).

¹² Apesar disto, resultados de uma investigação empírica numa área rural não protegida (a Serra da Freita) apontam para o seu grande consumo social enquanto espaço 'natural', bem como para a existência de conflitos entre a população local e os visitantes.

¹³ No caso deste último, as visitas anuais ultrapassam os 7000 visitantes, sendo que estes são apenas os que se dirigem à sede do PNM à procura de informações sobre o mesmo. Quanto aos restantes visitantes não é possível contabilizá-los, sendo que tanto num caso como noutro, como aliás acontece na totalidade das áreas protegidas portuguesas, também não é possível caracterizá-los. Um inquérito lançado por nós em 1997 a todas as áreas protegidas nacionais (excepto o PN do Vale do Guadiana e o PN do Douro Internacional) salienta o aumento do número de visitantes nos últimos anos em praticamente todas elas.

da área – “as pessoas vêem as aldeias aí morrendo aos poucos... e isto causa um bocadinho de impressão e até um bocadinho de agonia”.

Em termos demográficos o PNM é um *cantinho sem ninguém* para usar uma expressão de um entrevistado. Tendo em conta os dados dos Recenseamentos da População e as caracterizações elaboradas por Gafeira (1989, 1995a e 1995b) e Caballero (1998), observamos que entre 1960 e 1991 a área correspondente ao actual Parque perdeu mais de metade dos seus habitantes (cerca de 53%), particularmente na década de 80 (entre 1981 e 1991 o PNM perdeu quase 42% dos seus residentes). Se a este valor juntarmos o valor das perdas populacionais ocorridas entre 1991 e 1996¹⁴ (cerca de 19%), observamos que ao longo dos seus vinte anos de funcionamento do PNM, a sua população teve um decréscimo total de mais de 60%. Se, por um lado, esta situação de decréscimo populacional muito significativo é comum a toda a região do Nordeste Transmontano (particularmente devido aos fenómenos de migração e emigração ocorridos principalmente na década de 60) por outro lado seria de esperar que, pelos próprios objectivos de criação do Parque, esta área não sofresse uma diminuição tão importante precisamente durante a sua vigência.

A área do Parque apresenta uma evolução das densidades populacionais negativa, sendo que a desertificação populacional avança com “o tempo e, geralmente, num sentido concreto, ou seja, da periferia até aos núcleos urbanos de Bragança e Vinhais” (Caballero, 1998), estes últimos já fora dos limites do PNM. Dos 92 lugares que integram o Parque, 65% têm menos de 100 habitantes.

A esta brevíssima caracterização demográfica, associa-se uma população activa extremamente reduzida e um leque de actividades económicas pouco diversificado, sendo que cerca de 50% dos habitantes são reformados. 59% da população activa trabalha na agricultura, 14% no sector secundário e 26% emprega-se no sector terciário. A este quadro, podemos ainda juntar o facto de se tratar de uma área onde coexistem carências diversas em termos de infra-estruturas básicas e de equipamentos sociais¹⁵, como apontado pela maior parte dos entrevistados com responsabilidades políticas na área e ainda pela maior parte dos habitantes.

Apesar deste *esvaziamento* de Homens e actividades, o PNM tem-se constituído como uma das áreas rurais nacionais mais atractivas em termos turísticos, ao longo dos últimos anos. Como veremos, os visitantes do Parque são atraídos por esta situação de declínio que descrevemos e que, em grande medida, corresponde também (e perversamente) à noção de uma maior qualidade ambiental, a uma maior preservação dos lugares e das paisagens, i.e., à noção de ruralidade associada à manutenção da memória do passado. Esta procura do *paraíso perdido* encontra eco no “*simbolismo ambiental e cultural*” que Buttell (1992) considera ser frequentemente associado às áreas rurais mais remotas.

¹⁴ Os dados demográficos e sócio-económicos relativos a 1996 são produto de um recenseamento da População do PNM, elaborado por Caballero (1998).

¹⁵ Em 1997-1998, altura em que realizámos o trabalho de campo nesta área, a maioria dos lugares não possuía saneamento básico e surpreendentemente (mesmo porque se trata de um Parque Natural) num número elevado de aldeias pertencentes ao concelho de Bragança não existia um sistema de recolha de lixo. Esta situação foi resolvida no decurso de 1998. A maior parte das freguesias não dispõe igualmente de médico, centro de apoio a idosos e crianças. Por outro lado, uma parte importante das escolas primárias da área do PNM encontram-se encerradas por número insuficiente de crianças. Também o sistema de transportes, apesar de as distâncias em relação a Bragança e a Vinhais não serem muito significativas, é claramente insuficiente.

3.2. AS VISÕES DOS RESIDENTES E VISITANTES SOBRE O PARQUE NATURAL DE MONTESINHO...

3.2.1. ... SOBRE O AMBIENTE

Os visitantes do Parque Natural de Montesinho inquiridos por nós, caracterizam-se na sua maior parte, por serem jovens, possuidores de níveis de escolaridade elevados, por desempenharem profissões científicas e intelectuais, por possuírem rendimentos elevados e ainda por assumirem uma posição política *de esquerda*. São igualmente indivíduos que se caracterizam pela defesa de valores de tipo *post-materialista* (como o pacifismo, a liberdade de expressão, o ambientalismo)¹⁶. São indivíduos de residência urbana, provenientes em maioria das áreas do Grande Porto e da Grande Lisboa (figura 1 a 5).

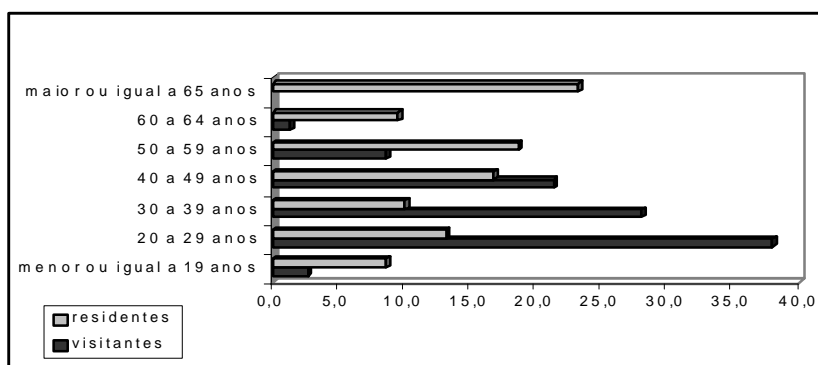


Figura 1 - Escalões etários dos inquiridos no PNM

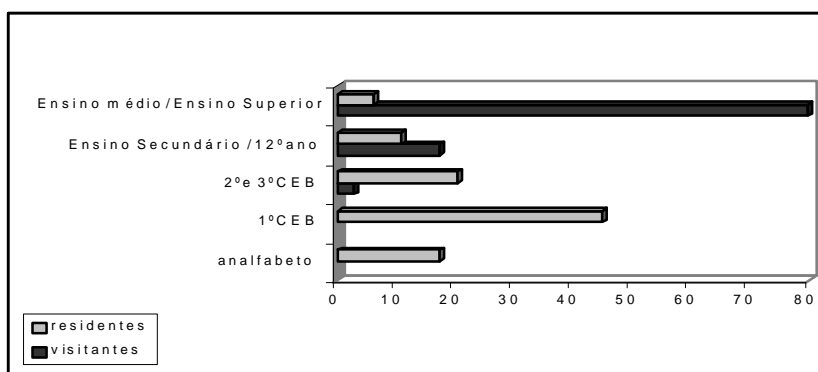


Figura 2 – Níveis de escolaridade dos inquiridos no PNM

Pela análise das mesmas figuras, observamos que os residentes inquiridos se caracterizam por uma idade mais elevada, por níveis de escolaridade substancialmente mais baixos, por uma posição política mais *à direita*, por níveis de rendimento inferiores e ainda pela maior adesão a valores de tipo materialista. Paralelamente, os habitantes do PNM inquiridos são na sua maioria reformados ou têm ocupações menos prestigiadas socialmente do que as desempenhadas pelos visitantes, essencialmente na agricultura.

¹⁶ Foi construído um índice de materialismo com base numa bateria de questões relativas à adesão a um certo tipo de valores. As forma das questões e as categorias de resposta utilizadas são uma adaptação do que é proposto por Inglehart (1990).

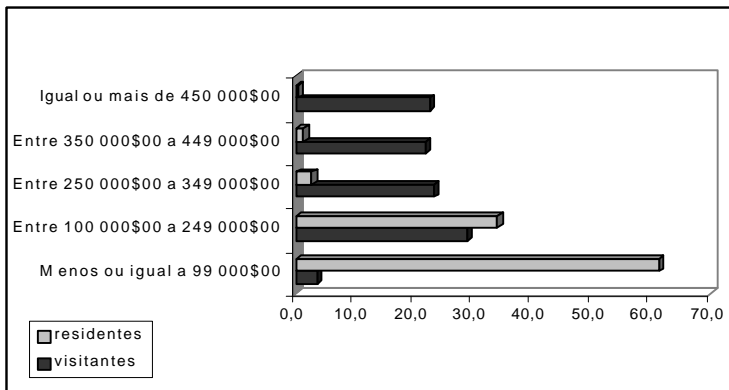


Figura 3 - Níveis de Rendimento dos inquiridos no PNM

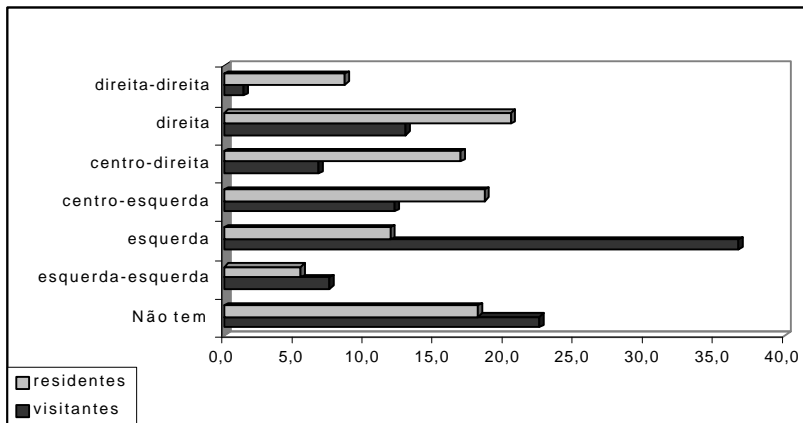


Figura 4 - Posição Política assumida pelos inquiridos no PNM

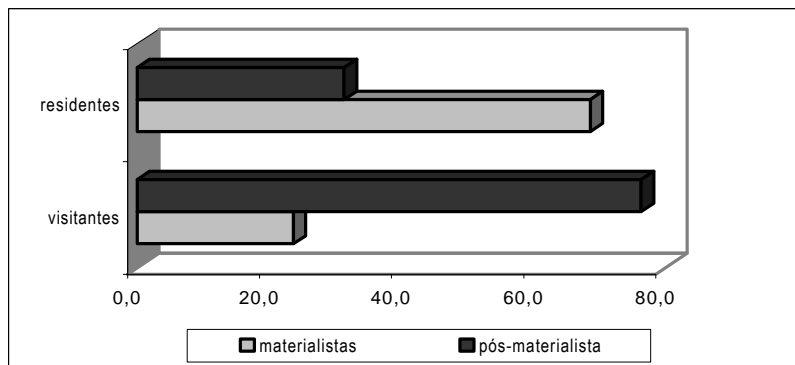


Figura 5 - Nível de Materialismo dos inquiridos no PNM

Pelas características objectivas dos dois tipos de inquiridos podemos observar que se trata, claramente, também de dois universos muito distintos, distinção que é um factor determinante na consideração do ambiente rural como amenidade e como algo a preservar.

Estas diferenças são, desde logo, perceptíveis, na forma como ambos os tipos de inquiridos encaram as regras e as normas em vigor no Parque Natural de Montesinho (figuras 6 e 7). Efectivamente, enquanto a maior parte dos visitantes demonstra uma concordância total com a existência e conteúdo dessas normas, uma parte muito significativa de residentes mostra-se em claro desacordo com elas. Estas diferenças são particularmente relevantes quando se trata de regras como a construção de edifícios ou vias de comunicação, o derrube de árvores, as alterações à morfologia do terreno ou ainda as regras relativas à expansão ou instalação de explorações agrícolas. Começam assim a desenhar-se dois *ambientes* ou *dois Parques* – o que é espaço de recreio e lazer e aquele que é espaço de vida. No primeiro caso as regras e restrições são consideradas fundamentais para a preservação do espaço de recreio, no segundo caso elas são consideradas constrangimentos às actividades quotidianas e, em grande medida, ao desenvolvimento local. A grande adesão às restrições e regras por parte dos visitantes vai ao encontro da *sacralização* da natureza e do ambiente que referimos anteriormente, assim como a posição muito menos concordante demonstrada pelos residentes reforça o que dissemos antes acerca da visão *utilitária* dos rurais face à mesma natureza e ao mesmo ambiente.

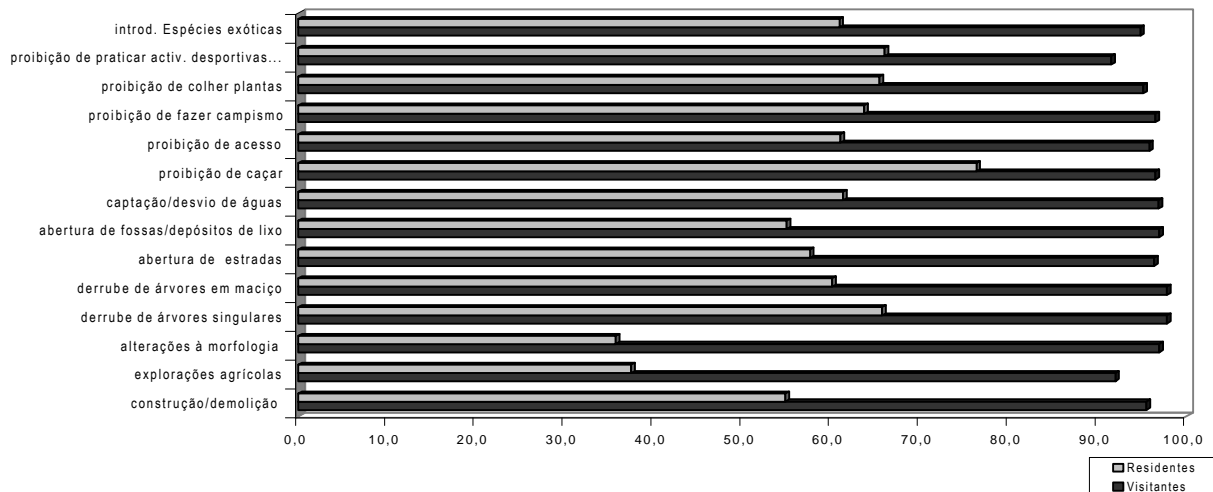


Figura 6 – Concordância com algumas Regras e Restrições do PNM, por tipo de inquirido

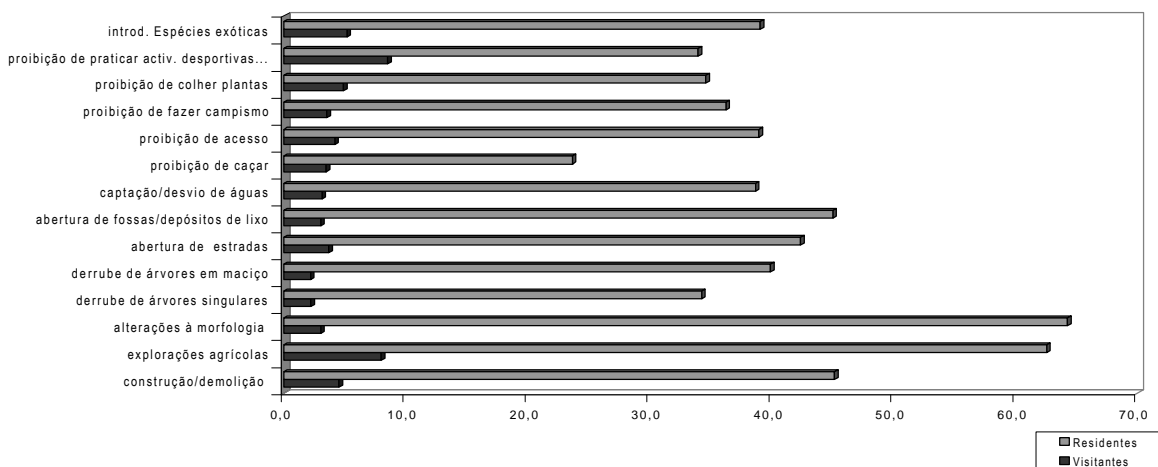


Figura 7 – Não Concordância com algumas Regras e Restrições do PNM, por tipo de inquirido

As diferenças entre os dois universos torna-se ainda mais evidentes quando nos detemos na análise dos aspectos que os inquiridos consideram mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente na área do PNM. Há uma nítida divisão entre o universo dos que encaram o Parque como território de lazer e os que vivem ele. Como podemos observar a partir das figuras 8 e 9, para a maioria dos aspectos referidos, a maior parte dos visitantes considera-os susceptíveis de degradar o ambiente no Parque, enquanto que grande parte dos residentes não lhes atribui nenhuma responsabilidade ou lhes associa grande contribuição na degradação da mesma área. As diferenças entre os dois universos de inquiridos são particularmente nítidas, uma vez mais, em aspectos como a abertura de novas estradas, a exploração de inertes, a actividade agrícola, a mecanização da agricultura, a plantação de árvores não-autóctones, a degradação/alteração arquitectónica, a caça, o turismo, a pesca e o abate de animais selvagens, aspectos que os residentes tendem a não encarar como susceptíveis de contribuir para a degradação da área de uma forma tão acentuada como os visitantes.

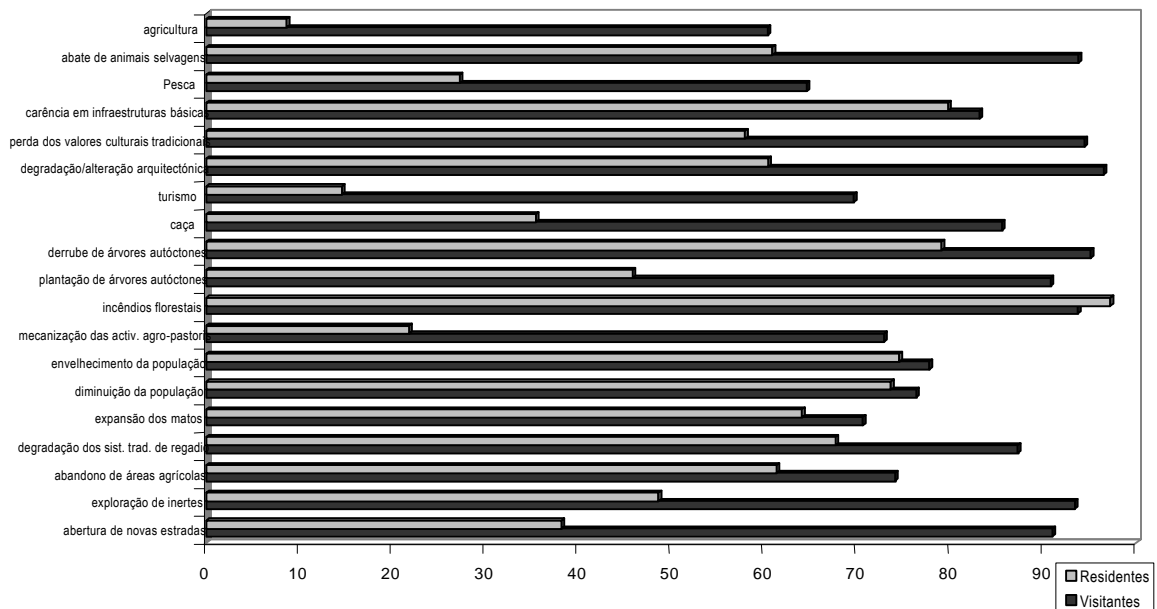


Figura 8 – Aspectos considerados Susceptíveis de Degradar o Ambiente na Área do PNM, por tipo de inquirido

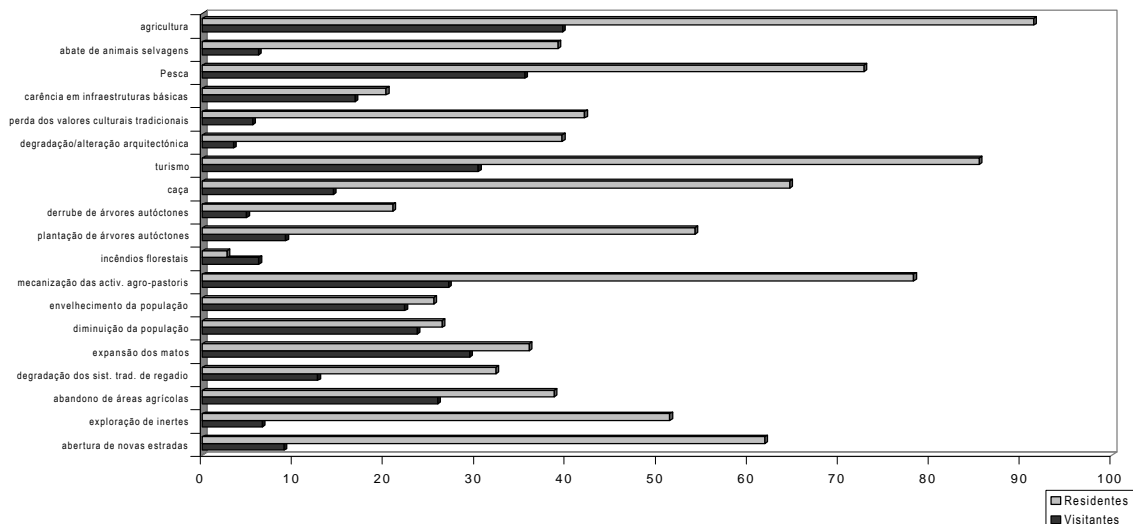


Figura 9 – Aspectos considerados Não Susceptíveis de Degradar o Ambiente na Área do PNM, por tipo de inquirido

As diferenças assinaladas não radicam apenas nas características objectivas apresentadas por ambos os tipos de inquiridos, mas também no facto de para os visitantes este território representar “*uma fuga ao seu quadro de vida quotidiano*” (Picom, 1992). Para os residentes, como temos vindo a referir, este território é o *sue quadro de vida quotidiano*, o seu espaço de vida e de actividade. Como referem dois dos entrevistados, sintetizando bem a opinião da maior parte dos residentes inquiridos “*a natureza... fomos criados aqui, não ligamos muito. As pessoas que vêm de fora acham muito mais bonito, porque as que estão cá, estão cá (...). Não estou a ver que gostem de ir aos montes e ver os montes*” e “*as pessoas aqui estão tão habituadas a isto que quando alguém diz que isto é bonito as pessoas riem-se... seria o mesmo que nós irmos lá para baixo e dizermos que era bonito...*”. Os dados confirmam as visões dos visitantes como *estéticas* e as dos residentes como *utilitárias*.

Contrariando um pouco as diferenças até agora mencionadas, observamos que para ambos os tipos de inquiridos a Natureza e o Ambiente se definem praticamente da mesma forma (figuras 10 e 11).

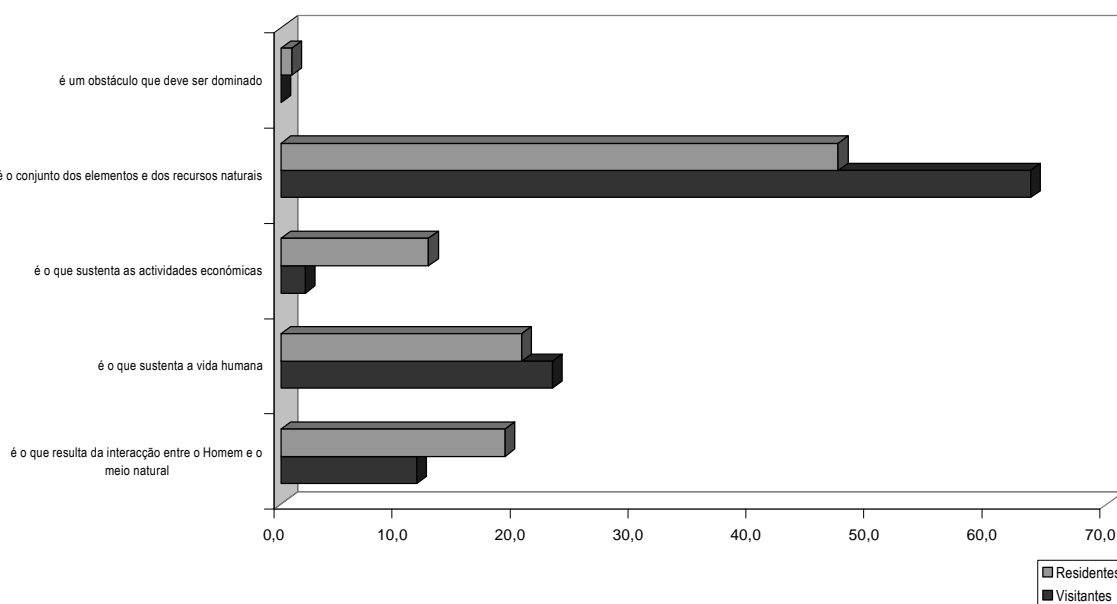


Figura 10 – Definição de Natureza, por tipo de inquirido

Tanto visitantes como residentes consideram, na sua maior parte, que a natureza é o conjunto dos recursos naturais, embora para cerca de 13% dos residentes inquiridos a natureza seja vista como um suporte às actividades económicas, ou seja “*a natureza será um complemento do Homem, não é? É aquilo onde nós vamos buscar... buscar... é o nosso princípio, é o nosso meio, é onde nós nos governamos e pronto*”¹⁷.

Quanto ao ambiente, vemos que tanto visitantes como residentes o definem como o resultado da interacção entre o Homem e o meio natural, embora para cerca de 12% dos residentes o ambiente seja o resultado da interacção social, ou seja “*o ambiente é mais aquele modo de viver... essa coisa toda... até se diz... aí de uma raposa que esteja cativa num sítio, que não está no ambiente*”.

¹⁷ Definição de natureza de um dos presidentes de Junta de Freguesia entrevistados

dela... é o sítio, vá... a maneira de viver” ou ainda “o ambiente? Então o ambiente é o das pessoas, não é? Como vivem e convivem, não é?”¹⁸

A relação entre ambiente e desenvolvimento económico também suscita algumas diferenças entre quem visita o Parque e quem nele vive. Assim, no que se refere à área do Parque, observamos que tanto residentes como visitantes consideram que ambos os aspectos são importantes e prioritários, muito embora uma percentagem de quase 40% de residentes considere que a prioridade deve ser dada declaradamente ao desenvolvimento económico da área. A análise da mesma questão, mas em termos gerais, revela aproximadamente o mesmo tipo de comportamento.

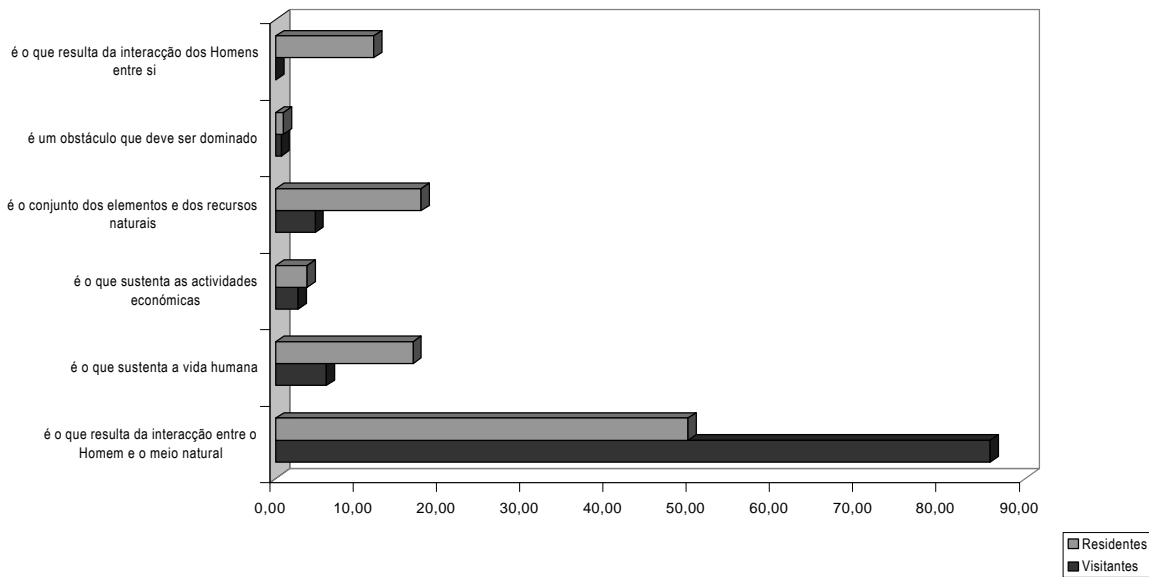


Figura 11 – Definição de Ambiente, por tipo de inquirido

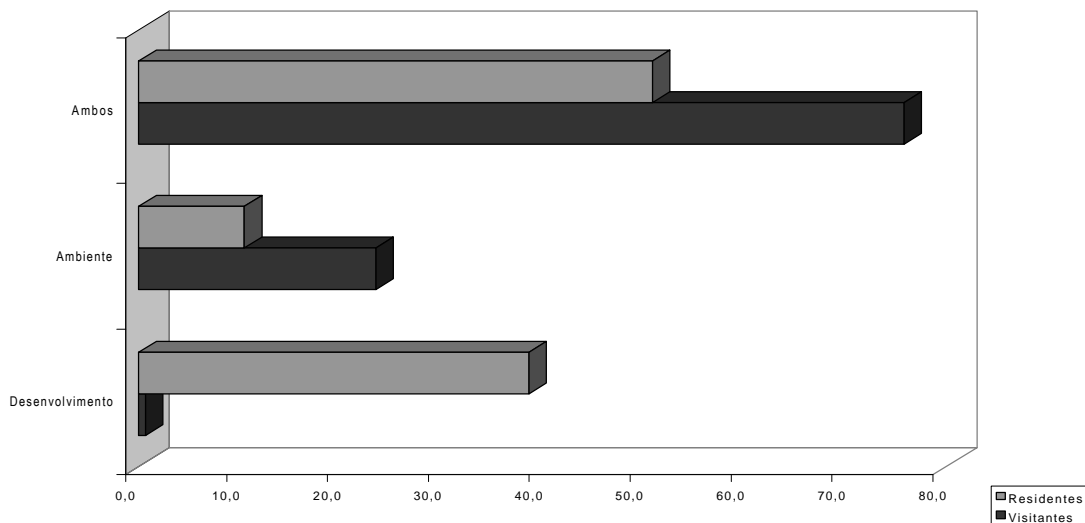


Figura 12 – Prioridade na relação ambiente/desenvolvimento para área do PNM, por tipo de inquirido

¹⁸ Definição de ambiente dada por dois dos residentes de Junta de Freguesia entrevistados.

No mesmo sentido, existe uma maior percentagem de visitantes que considera a preservação do ambiente um objectivo importante por razões que podemos designar como *imateriais* e que se podem sintetizar na preocupação com as gerações futuras, com a preservação dos recursos naturais pelo seu valor intrínseco ou ainda com os direitos próprios da natureza. Os residentes consideram a preservação do ambiente igualmente importante, mas tendem a enfatizar mais aspectos *materiais*, ou seja, aspectos relacionados com a saúde humana, com o assegurar do desenvolvimento económico e com a natureza como suporte das suas actividades económicas. Na mesma linha, existe uma percentagem mais elevada de residentes que consideram que as paisagens alteradas pelo Homem são as que contém maior beleza, numa clara associação de natureza com o vivido. Os visitantes privilegiam as paisagens não alteradas pelo Homem, o que vem confirmar a tese de que os visitantes procuram uma natureza cristalizada e relativamente *selvagem*. As razões para a visita ao PNM apontadas pelos visitantes confirmam a mesma tese, já que, a sua larga maioria procura na área a beleza das paisagens naturais, o ar puro, o contacto com a natureza, a observação de animais e plantas autóctones. Os visitantes que referem aspectos associados à vida rural propriamente dita representam uma pequena parte do total. Trata-se assim de um rural que é prioritariamente encarado, procurado e consumido com espaço natural e não como espaço de vida quotidiana de outros actores sociais.

3.2.2. ... SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Relativamente às visões de visitantes e residentes sobre o desenvolvimento, podemos observar que a maioria dos inquiridos em ambos os casos considera que a área do Parque é pouco desenvolvida em termos económicos e sociais (figura 13).

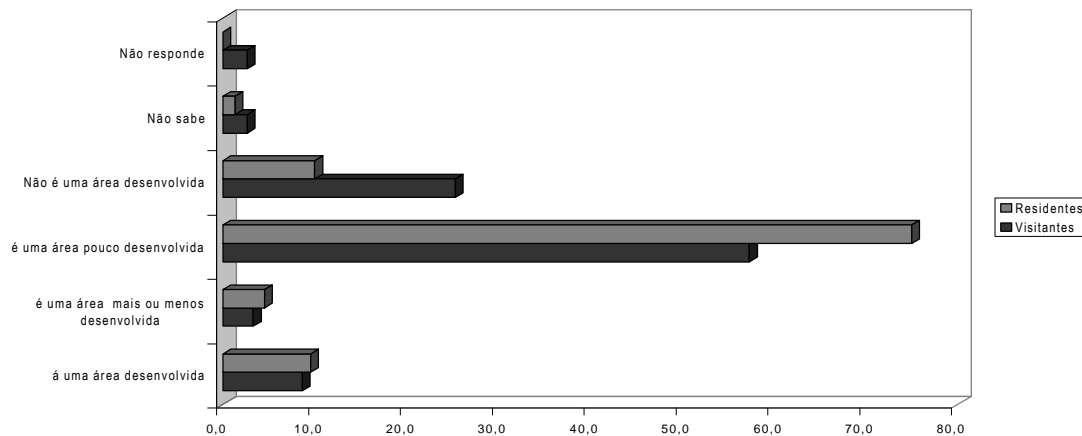


Figura 13 - Nível de Desenvolvimento económico e social atribuído à área do PNM

É importante notar que para 25% dos visitantes (contra 10% de residentes) a área do PNM não é considerada desenvolvida. As razões apontadas pelos visitantes para o pouco ou inexistente desenvolvimento prendem-se sobretudo com o seu isolamento e afastamento geográfico relativamente aos grandes centros urbanos, por um lado e com o facto de se observara na área uma integração harmoniosa entre o Homem e o meio natural, por outro. Estes aspectos são relevantes e demonstrativos da relação estabelecida anteriormente entre o *atraso* ou o subdesenvolvimento das áreas rurais e o seu *simbolismo*

ambiental. Os residentes apontam como razões para o pouco desenvolvimento da área do Parque razões de carácter mais pragmático e, mesmo, utilitário, como a inexistência de empregos, a inexistência das infra-estruturas e serviços e ainda o declínio populacional. Nenhum dos inquiridos refere razões associadas à conservação da natureza.

Quando inquiridos a propósito do papel do Parque no desenvolvimento económico e social da área, a maior parte dos residentes considera que a situação ficou na mesma ou melhorou um pouco. 33.3% dos visitantes não sabe responder à questão, pela sua própria condição. Dos restantes 66.6% que responderam à questão, a maior parte considera que o desenvolvimento aumentou mais ou menos com a criação e o trabalho do PNM e apenas uma parte ínfima desta população considera que a situação ficou na mesma (figura 14).

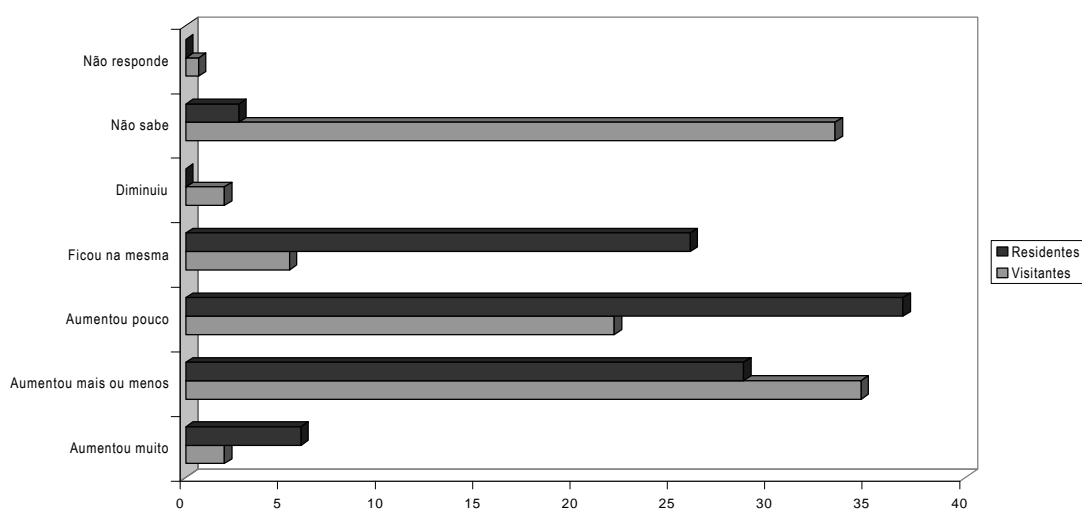


Figura 14 – Percepção do Aumento do nível de desenvolvimento económico e social após a criação do PNM, por tipo de inquirido

Os resultados apresentados pelos residentes vão ao encontro do que anteriormente referimos a propósito da incapacidade demonstrada pelo Parque Natural de Montesinho em contrariar o processo de *atraso* e de *marginalização* económica e social que a área vem conhecendo desde a década de 60. Se por um lado, observamos que esse *atraso* se constitui como um factor positivo para os visitantes, no sentido de que proporcionou uma manutenção de características naturais e culturais que são alvo da sua procura, por outro, verificamos que para os residentes esse factor é apreendido como extremamente negativo, sendo, em consequência, a presença do Parque encarada como um constrangimento.

As razões apontadas pelos visitantes para considerarem que a criação do PNM trouxe alguma melhoria em termos de desenvolvimento económico e social relacionam-se essencialmente com a atracção de um maior número de turistas e o florescimento de algumas actividades relacionadas com o turismo, assim como com a maior integração entre as actividades humanas e a conservação da natureza na área. Por seu turno, os residentes consideram que o desenvolvimento se manteve inalterado ou apenas conheceu um ligeiro aumento devido à ineficácia da actuação do Parque (42% referem esta razão) e também devido ao aumento do número de visitantes. Nenhum dos residentes salienta a protecção da natureza como razão para a melhoria do nível de desenvolvimento económico e social na área.

A partir destes resultados, podemos considerar que existem igualmente duas visões contrastantes de desenvolvimento. Assim, os visitantes tendem a

considerar que o desenvolvimento incorpora também aspectos relacionados com a conservação da natureza e a protecção do ambiente. Para os residentes estes aspectos não têm relação com o desenvolvimento, uma vez que este, como referimos anteriormente, é percebido como materializando-se em construções, indústrias, empregos e acesso a bens e serviços, como é referido por alguns entrevistados *“ora bem, nós como aqui temos pouca indústria, preferia que montassem aí uma fábrica, nem que estragasse parte do ambiente...porque não era preciso estragar tudo”* e *“acho que preferiam uma indústria... penso eu pelo que oiço dizer “oh, era bem melhor termos aqui uma fábrica do que estarmos aqui neste cantinho sem ninguém”*”.

Estas visões descoincidentes de desenvolvimento, tal como as de ambiente, relacionam-se de perto, quer com as características objectivas de ambos os tipos de inquirido, quer com os níveis de desenvolvimento experimentados nos respectivos quadros de vida. Ambas os factores dão origem aquilo a que anteriormente chamámos, seguindo Mormont (1994) *culturas da natureza* e *culturas de desenvolvimento* diferenciadas e relativamente antagónicas.

4. CONCLUSÃO

De todas as considerações teóricas e de base empírica anteriores ressalta uma dicotomia clara entre as visões e representações de rurais e de urbanos relativamente ao ambiente e à natureza rurais, assim como relativamente aos processos de desenvolvimento económico e social, no caso concreto visível através da investigação realizada na área do Parque Natural de Montesinho

Pelas características das procuras e consumos deste ambiente rural, não é surpreendente que os visitantes do PNM não considerem muito susceptíveis de degradar o ambiente ao nível local aspectos como a diminuição ou o envelhecimento da população, a expansão dos matos, o abandono da actividade agrícola, entre outros, i.e., o esvaziamento da paisagem do PNM de alguns dos elementos que o constituem e que são fundamentais para a sua existência e continuidade: o Homem e a actividade agrícola. Para os residentes, vimos que, inversamente, são as ameaças de desaparecimento de alguns dos aspectos que humanizam e dão forma à paisagem do PNM como actualmente a conhecemos, aqueles que consideram mais susceptíveis de degradar o ambiente, ou seja, é o envelhecimento e a população, a expansão dos matos, o abandono da agricultura entre outros, os aspectos que consideram mais susceptíveis de degradar o ambiente na área. Por outro lado, os aspectos relacionados com a vida quotidiana das populações locais, como a agricultura, a sua mecanização, a exploração de inertes e a construção de estradas, são precisamente aqueles que os residentes não encaram como factores de degradação ambiental. A esta percepção subjaz a visão do ambiente como vivido. Ao contrário, às percepções dos visitantes está subjacente o ambiente como objecto de apreciação estética.

As diferentes visões (rurais e urbanas) do ambiente, estão também relacionadas com percepções diferenciadas de qual deve ser a prioridade em termos de protecção/desenvolvimento para a área do PNM. Vimos que, uma parte muito significativa de residentes considera que a prioridade deve ser dada ao desenvolvimento económico, enquanto que os visitantes privilegiam a conciliação de ambos os aspectos. Não é estranho a estas percepções diversas, o facto de os dois tipos de actores terem de desenvolvimento económico e social representações e práticas também elas muito diversas. Assim, como vimos, uma parte importante dos residentes tende a considerar a preservação do ambiente e da natureza como exterior ao desenvolvimento económico e social, enquanto que para os visitantes essa preservação é uma parte integrante dos processos de desenvolvimento actuais.

O ambiente rural do PNM constitui-se de certa forma, como um símbolo para os urbanos apenas na medida em que o percebem como natural. Muitos dos visitantes inquiridos vêem a paisagem do Parque como uma realidade não fabricada por Homens, animais e máquinas. Aí, tal como na necessidade que reconhecem de tudo preservar a quaisquer preço e circunstâncias, reside, sem dúvida, a mais forte representação dos urbanos relativamente ao meio rural e ao seu ambiente. Os habitantes do PNM têm do seu ambiente uma percepção menos idealizada, mais prática, mais utilitária, porque mais quotidiana e vivida. A natureza rural, como referem Mathieu e Jollivet (1989), é bem menos natural do que aparenta e, contém factores de humanização que não podem ser negligenciados, mesmo em prol da preservação da utopia dos urbanos.

Sustentar o desenvolvimento rural, em áreas protegidas ou não, exclusivamente no ambiente ou no '*simbolismo*' e '*utopia*' ambientais que os espaços rurais parecem representar, poderá funcionar mais como um constringimento do que como uma potencialidade, na medida em que poderá deteriorar o compromisso para a melhoria das condições económicas e sociais das próprias populações rurais, fundamentais, também elas, para a preservação do ambiente nas áreas protegidas como em outras áreas rurais.

BIBLIOGRAFIA

Bontron, J.C. e Brochot, A. (1989) "La Nature dans la Cage des Réglementations...A Propos des Reserves Naturels" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Ed.) *Du Rural à L'Environnement - La Question de La Nature Aujourd'hui*, Paris, L'Harmattan

Buttel, F.H. (1992) "Environmentalization: Origins, Processes and Implications for Rural Social Change" in *Rural Sociology*, Vol. 57, nº1

Caballero, P.M.R. (1998) *Área periférica, de Borde, Fronteiriza - Área Protegida*, Bragança, Parque Natural de Montesinho,

Cavaco, C. (1993) "O Mundo Rural em Portugal" in MPAT/MAP (Org.) *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*, Lisboa, MPAT/MAP

CCE (1988) *The Future of Rural Society*, Bulletin of the European Communities 4/88, Bruxelas

Chamboredon, J.C. (1985) "La 'Naturalisation' de la Campagne: Une Autre Manière de Cultiver 'les Simples'?" in Cadoret, A. (Org.) *Protection de la Nature: Histoire et Ideologie - De la Nature à L'Environnement*, Paris, L'Harmattan

Etchelecou, A. (1991) "Population, Territory, Environment: A New Challenge for Social Regulation" in *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXI, nº4, pp. 300-308

Figueiredo, E. (1994) "O Espaço Rural em Questão: Contributos para uma Reflexão em torno do conceito de Ruralidade" in *Rurália - Revista da Ruralidade*, nº 3

Figueiredo, E. (1996) "Verdes são os Campos... O Mundo Rural como reserva de Qualificação Ambiental" in Borrego, C. et al. (Ed.) *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro, UA/CCRC

Figueiredo, E. (1997) "Porquê Sensibilizar o Mundo Rural para a Protecção do Ambiente?" in DRABL (Org.) *Agricultura e Ambiente - o Futuro*, Coimbra: Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, pp. 9-15

Figueiredo, E. (1998) "The End of Natural Nature - Institutional Changes in Conceptualizing Nature and the Environment in Portugal", comunicação apresentada à 2nd *European Urban and Regional Studies Conference*, Durham, UK

Figueiredo, E. (1999a) "Árvores de Ninguém: O Lugar da Floresta num Mundo Rural a Desaparecer", comunicação apresentada, por convite, ao *Workshop – A Floresta: Práticas e Perspectivas*, Viseu: Lusitânia

Figueiredo, E. (1999b) "Ambiente Rural - A Utopia dos Urbanos?" in Cavaco, C. (coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio Utopia*, Coleção Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº 50, Lisboa: CEG - UL, pp.263-279

Figueiredo, E. (1999c) "As Cidades e as Serras... Visões Rurais e Urbanas do Ambiente Rural" in Santana, F. et al. (org.) *Actas da VI Conferência Nacional Sobre a Qualidade do Ambiente*, Lisboa: FCT-UNL, Vol. 1, pp. 729-742

Figueiredo, E. e Martins, F. (1992) "O Ambiente no Discurso Político em Portugal", comunicação apresentada à *III Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro: DAO/UA

Figueiredo, E. e Martins, F. (1994) "Pensar Verde: Contributos para o estudo da Formação de uma Consciência Ambiental em Portugal" in ICS (Org.) *Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Lisboa, ICS

Figueiredo, E. e Martins, F. (1996a) "Os 'Verdes Hábitos' dos Portugueses - Algumas Reflexões para o estudo da sensibilidade Ambiental em Portugal" in Borrego, C. et al. (Ed.) *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro, UA/CCRC

Figueiredo, E. e Martins, F. (1996b) "O Ambiente no Discurso Político em Portugal (1976-1995)" in *Vértice*, nº 74

Gafeira, C. (1989) *Parque Natural de Montesinho - população*, Lisboa, SNPRCN

Gafeira, C. (1995a) *Alguns Indicadores sobre Habitação e População no Parque Natural de Montesinho*, Lisboa, ICN

Gafeira, C. (1995b) *População Activa nas Áreas Protegidas*, Lisboa, ICN

Joaquim, G. (1994) *Turismo e Ambiente, Complementaridade e responsabilidade - Contribuição para uma Abordagem Sociológica do Fenómeno Turístico*, Lisboa, ISCTE, Tese de Mestrado

Mansinho, M.I. e Schmidt, L. (1994) "A Emergência do Ambiente nas Ciências Sociais: Análise de um Inventário Bibliográfico" in *Análise Social*, vol. 39, nº 125-126

Mansinho, M.I. e Schmidt, L. (1997) "Réinventer le Rural par L'Environnement" in Jollivet, M. (dir.) *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*, Paris: L'Harmattan, pp.261-308

Mathieu, N. e Jollivet, M. (1989) "De la Question de la Nature à la Question de L'Environnement " in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Ed.) *Du Rural á L'Environnement - La Question de La Nature Aujourd'hui*, Paris, L'Harmattan

Mormont, M. (1987) "Rural Nature and Urban Nature" in *Sociologia Ruralis*, Vol. XXVII-1º

Mormont, M. (1990) "Who is Rural? Or How to be Rural? Towards a Sociology of the Rural" in Marsden, T. et al. (Ed.) *Rural Restructuring - Global Processes and Their Responses*, Londres, David Fulton

Mormont, M. (1994a) "La Place de L'Environnement dans les Stratégies de Developpemnt Rural" in CEDRES - territoires D'Europe - Vol. II - *Éléments Fonctioniels de Strategies Regionales en Faveur du Monde Rural*, Paris, CNRS Éditions

Mormont, M. (1994b) "Quelles sont les conditions d'une Gestion efficace de L'Environnement? Réflexions Sociologiques", comunicação apresentada à *Journnée Annual de l'ècole du Genie Rural*, Belgica

Mougenot, C.; Mormont, M. e Dasnoy, C. (1991) *Ruralité et Environnement*, Arlon, Fondation Universitaire Luxembourgeoise de Belgique

OCDE (1993) *What Future for Our Countryside? - A Rural Development Policy*, Paris

Picon, B. (1992) "Le Citoyen, le Savant, le Journaliste et le Politique" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Ed.) *Du Rural á L'Environnement - La Question de La Nature Aujourd'hui*, Paris, L'Harmattan

Redclift, M. e Woodgate, G. (1994) "Sociology and the Environment: Discordant Discourse?" in Redclift, M. e Benton, T. et al. (1994) *Social Theory and the Global Environment*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 51-66

Reis, M. e Lima, A.V. (1998) "Desenvolvimento, Território e Ambiente" in Viegas, J.M. e Costa, A.F. (org.) *Portugal, que Modernidade?*, Lisboa: Celta Editora, pp. 329-363

Reis, J. e Santos, B.S. (1995) "Pela Reinvenção da Pequena Agricultura: A Necessidade de um Novo Pensamento Técnico" in IEADR/CNGPL (Org) *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa , IEADR/CNGPL